



SAÚDE

Venda da Galilei Saúde pode acabar em tribunal

Acordo da Parvalorem com o fundo FPB é contestado por empresas que queriam comprar a dona do British Hospital

A Parvalorem, empresa do Estado que se tornou credora de €22 milhões de dívidas da Galilei Saúde, admite avançar para tribunal para se defender das críticas de que já foi alvo no âmbito do acordo de cessão de créditos da Galilei Saúde ao fundo belga FPB. “A Parvalorem está atenta a todas as insinuações e falsidades que sobre este assunto têm sido maliciosamente divulgadas à imprensa, razão pela qual, sabendo exatamente de onde vêm concretamente tais falsidades e insinuações, pondera seriamente vir a processar judicialmente os responsáveis pelas mesmas”, afirmou ao Expresso e à SIC o advogado Pedro Faria, que representa a empresa estatal.

Em causa está o contrato-promessa que a Parvalorem firmou no início deste ano com a FPB para que esta lhe comprasse os créditos sobre a Galilei Saúde (empresa que detém o British Hospital e a rede de imagiologia IMI). O negócio apenas será concretizado depois de transitar em julgado a aprovação do processo especial de revitalização (PER) lançado pela Galilei Saúde. Mas os termos do contrato com os investidores belgas têm sido contestados por outras empresas que, após terem conhecimento do acordo,

vieram mostrar interesse na compra dos créditos do Estado.

O contrato de cessão de créditos prevê, segundo escreveu o “Público”, que o fundo FPB possa pagar apenas €16 milhões à Parvalorem caso faça o pagamento a pronto. Segundo foi possível apurar, este tipo de desconto face ao valor nominal dos créditos (€22 milhões) é uma prática comum no mercado. O Expresso sabe que, entre as condições que o fundo belga aceitou, esteve a manutenção do quadro de pessoal da Galilei Saúde (quase 400 pessoas) e a capitalização da empresa.

Mas os termos do negócio

são contestados por outros interessados. Entre eles a Capital Criativo, que entregou a 4 de março uma oferta de compra dos créditos pelo valor nominal. A proposta pressupunha a realização de uma *due diligence* (avaliação prévia dos ativos) no prazo de 30 dias. A 15 de março, a Capital Criativo foi informada pelos advogados da Parvalorem de que a sua oferta não continha “uma melhoria suficientemente significativa” face ao contrato que já existia com os belgas.

Segundo o advogado Pedro Faria, a Parvalorem “não se opunha a que essa *due diligence* se realizasse, sendo certo, porém, que para esse efeito sempre a Galilei Saúde (e não a Parvalorem, que é uma mera credora) teria que permitir a mesma e disponibilizar as informações requeridas”. Pedro Faria sublinha também que foi a Galilei Saúde que encontrou os investidores belgas e os apresentou à Parvalorem. Isto já depois de a Galilei ter assegurado ao fundo FPB que, após a compra dos créditos, procederia à conversão daquela dívida em capital, no âmbito do PER que apresentaria em tribunal, a pedido da Parvalorem.

A Capital Criativo disponibilizou-se a capitalizar a Galilei Saúde em até €35 milhões. Além dela, também a associação mutualista Montepio e a Base Holding mostraram interesse na Galilei Saúde, mas não quiseram fazer comentários.

ISABEL VICENTE e MIGUEL PRADO

ivicente@expresso.imprensa.pt

DÍVIDA

22

milhões de euros é o valor dos créditos que o Estado tem sobre a Galilei Saúde

16

milhões de euros é o valor que o Estado vai receber do fundo FPB caso este pague à cabeça